rating:
quem avalia?

entrevista
Maria da Conceição Tavares

Pinturas preciosas
do BC

por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ▪ ano 1 ▪ nº 1

Banpará:
a pressão contra a verdade

Primeira cédula emitida pelo Tesouro nacional, que viria a substituir as moedas de cobre, em 1833, devido a grande quantidade de moedas falsas em circulação

editorial

1 Para este primeiro número escolhemos emblematicamente o **Caso Patruni** como assunto principal. É a história de uma inversão de valores, em que um correto, metódico e eficiente funcionário, Abrahão Patruni Junior, vai a fundo na tarefa que lhe foi atribuída – a fiscalização de procedimentos do Banco do Estado do Pará (Banpará) – e acaba sofrendo pressões e ameaças de seus superiores para se calar, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

O trabalho do servidor de carreira, que deve servir ao público, acaba sendo apropriado por pessoas que estão de passagem, servindo a conveniências políticas de momento.

Casos como esse – que não são poucos – nos remetem à defesa da autonomia para o servidor do BC, no sentido de apresentar, direta e obrigatoriamente, denúncia ao Ministério Público. Nós precisamos de instrumentos e de garantias ao funcionário para fazer prevalecer o compromisso do funcionalismo com o País, e não com pessoas.

2 A entrevista com a economista e ex-deputada **Maria da Conceição Tavares** não é menos emblemática. Traduz a necessidade de ampliar o horizonte de conhecimentos e de buscar alternativas àquilo que muitas vezes aparece à sociedade como única alternativa de política econômica. Ela mostra que é possível percorrer um caminho diferente, com outra maneira de condução integrada das políticas fiscal, monetária e cambial, tendo em vista estratégias de desenvolvimento econômico e social. Mostra também que as atuais autoridades econômicas estão cometendo erros grosseiros, mesmo dentro de seus termos, voltados para os interesses do mercado.

3 A matéria sobre o *rating* tem o propósito de mostrar como as empresas de avaliação de risco – pouco controladas e avaliadas por elas mesmas – podem produzir impactos negativos de largo espectro não apenas sobre instituições financeiras, mas sobre países e regiões inteiros. É flagrante a sua interferência na vida política soberana de um país: basta o crescimento de uma candidatura presidencial menos dócil ao mercado, para que piore a avaliação de risco de toda uma economia, com possibilidade de fuga de capitais. Essa situação, aliás, será novamente vivida pelo Brasil no ano que vem, por ocasião das eleições.

4 O grande trabalho das entidades de proteção ao consumidor faz com que elas cheguem antes que o **Banco Central** na tarefa de coibir, por exemplo, abusos no cálculo de taxas de juros, nas condições de crédito e na aplicação de correção cambial. Muitas das reclamações derivam da omissão do Banco Central em produzir normas de proteção ao público e de fiscalização de instituições financeiras. Este trabalho seria muito mais eficiente se o BC buscasse maior aproximação com a sociedade.

5 Ironicamente, algumas das mazelas do sistema financeiro nacional propiciaram a formação de uma preciosa coleção de **obras de arte** pelo Banco Central. Como fazer com que esse bem cultural tão importante seja melhor aproveitado pelo público?

carta do Conselho Nacional

Aqui está a primeira edição de **Por Sinal**, a revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, cujo principal objetivo é favorecer o trânsito de conhecimentos e a ampliação de debates de temas próprios ou potenciais de um banco central.

Nossos verbos preferidos são ampliar, acrescentar, incluir, observando atentamente as alternativas para a tomada de decisões mais consciente e crítica, e sempre com olhos bem abertos para o interesse público.

Queremos, de um lado, contribuir para a valorização profissional dos funcionários do BC, mediante informação que dissemine conhecimentos e experiências.

Procuramos, de outro lado, dar mais força ao desempenho do trabalho técnico desses funcionários, para que, mais confiantes em si e no apoio de seus colegas, sem medo, possam exercer plenamente as suas funções

Buscamos, finalmente, o engajamento permanente do BC, através de meios próprios de banco central, na defesa de toda a comunidade, e não apenas de alguns setores da sociedade.

É dessa forma que toda a sociedade vai sentir-se mais segura de que tem a seu dispor um funcionalismo público ético, eficiente e moderno.

capa — A **moeda** que não pode mostrar a cara
Bernardo Kucinski
página 4

mudanças — O **verdadeiro motivo** de Nakao
página 9

cultura — **O acervo de pinturas** do Banco Central
página 10

artigo — **Artigo 192,** uma cultura diferente
Paulo Eduardo de Freitas
página 12

consumidor — **Entidades privadas** fazem tarefa do **BC** Maria Espanholi
página 13

entrevista — **Maria da Conceição Tavares**
página 14

rating — Quem avalia o **avaliador**? Mauro Lembo
página 20

pingue-pongue — A **modernização** do BC
página 22

capa

A moeda que não pode **mostrar a cara**

Bernardo Kucinski

Aos 47 anos de idade, com 25 de carreira no Banco Central, perito renomado na detecção de fraudes contábeis, Abrahão Patruni Junior é hoje um homem acuado. Seu telefone não consta da lista de Curitiba, onde mora. Está sob sigilo. Não fala com estranhos, muito menos com jornalistas. Pai de quatro filhos, ainda estudantes, Patruni já perdeu seu cargo em comissão e parte de suas horas extras. Patruni pode perder muito mais.

Na semana que precedeu o último carnaval, Abrahão Patruni Júnior recebeu em Curitiba a visita de um emissário do BC, que lhe pediu os papéis que ainda guardava de uma auditoria feita 16 anos antes no Banco do Estado do Pará, o Banpará, e o levou junto com os papéis, para a sede do BC, em Brasília, onde Tereza Grossi, a diretora de fiscalização do BC, e mais dois altos funcionários o teriam ameaçado com um processo administrativo.

Patruni foi acusado de quebrar uma da mais sagradas regras do Banco Central, a regra do sigilo. Foi atribuído a ele o vazamento à imprensa de partes do relatório do Banpará, o que provocou uma das maiores crises políticas dos últimos tempos.

Tereza Grossi nega que Patruni tenha sido ameaçado. Disse à imprensa que apenas lhe lembraram seus "deveres como depositário de informações sigilosas". Mas é exatamente assim que ele se sente: ameaçado, segundo dirigentes sindicais que lhe ofereceram ajuda jurídica.

Faltando ainda cinco anos para se aposentar, formado em ciências contáveis e concursado, Patruni já era conhecido como perito de mão cheia. Foi emprestado pelo BC para servirem Comissões Parlamentares de Inquérito, entre as quais a dos precatórios e a da Previdência Social, que levou à prisão da superfraudadora Jorgina. Seu drama começou com a auditoria feita no Banpará (leia box "Crônica de uma perícia seqüestrada"). Em vez de um prêmio, ganhou uma punição: cortaram seu cargo em comissão, que já vinha de 14 anos, e suas duas horas extras. Isso, num momento difícil da formação de sua família, lembram os amigos. Patruni entrou na justiça, mas só conseguiu recuperar parte das suas perdas.

Um funcionalismo sem voz Há uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN 1065) permitindo que o auditor comunique diretamente à Justiça indícios de corrupção. Mas o Banco Central tem regras internas próprias e rigorosas que proíbem que o auditor faça isso, mesmo em casos de interesse público: "auditores e peritos entregam seus relatórios a seus superiores e a eles cabe tomar a decisão de encaminhar ou não à Justiça, informar ou não à imprensa", explica um ex- funcionário do banco.

O código de ética do contabilista determina que a lealdade do perito é para com o seu empregador. É como se o BC, numa interpretação estrita do código, se visse como o "-patrão" do perito, e não como uma agência fiscalizadora de caráter público, que deve satisfações ao público e na qual o funcionário goza de um estatuto próprio de "servidor público", como a própria expressão ressalta. Muitos sabiam do caso Banpará mas tinham que ficar calados. Uma situação desmoralizante.

O BC alega que precisa proteger o sigilo da movimentação financeira das pessoas mencionadas nos processos. Foi esse, aliás, o argumento do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para recusar a entrega de novas cópias do processo até mesmo ao principal envolvido, Jáder Barbalho. Mas o processo é sigiloso apenas enquanto está no Banco Central, que atua como agência fiscalizadora . "Como não tem poder de polícia ou de justiça, quando conclui que há crime o BC envia o processo ao Ministério Público, de onde ele pode ser requisitado por instituições públi-

cas", explica Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Auditores e Consultores. Foi nesse estágio posterior que se acusa Patruni de ter falado a jornalistas.

É possível que no caso de desvio de dinheiro público nem exista o direito ao sigilo. Num julgamento disputadíssimo, em 1995, que envolvia o Banco do Brasil e usineiros do Nordeste, o Supremo Tribunal Federal deu ao Ministério Público o direito de acesso a dados sigilosos, quando estivesse sob investigação o desvio de verbas públicas. Seis dos 11 ministros votaram com a tese vitoriosa de que, em se tratando de recursos públicos, o público tinha o direito de saber.[1]

Moedas chapéu, da província de Pahang na Malaísia, circularam no início do séc. XIX

Sígilo e angústia Tanto o código de ética do contabilista brasileiro como o do auditor mandam guardar sigilo. Mas, ao mesmo tempo, o contabilista não pode concorrer "para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime de contravenção"[2]. Antoninho Trevisan confirma que "o auditor só entrega seu relatório à parte que o contratou e está impedido de revelar as informações, exceto se for via mandado judicial". Mas lembra também que ao contrário do advogado, que tem a obrigação de defender seu cliente dos crimes de que é acusado, o contador ou auditor não deve acobertar crimes. Nem seu relatório pode ser desonesto ou omisso.

"Mas é sempre uma angústia para a gente", reconhece Trevisan. "O sigilo protege tanto o que apenas quer privacidade como o fraudador." Pode-se alegar que Patruni, ao deparar-se com fatos criminosos, e vendo o tempo passar sem que nada acontecesse, estava dentro da regra de exceção do código de ética, ao revelar a fraude, já que não a revelando estaria concorrendo para um novo crime, o crime de prevaricação do Ministério Público. Acima de tudo, o servidor público é por excelência uma "pessoa moral", dotada da capacidade de fazer julgamentos morais, decidir sobre o rumo a seguir e justificar sua decisão.

Conjunto de moedas da República Romana, sécs. II e I a.C., são chamados denários de prata

Ética numa cultura autoritária Na ética aplicada é clássico o conflito entre o interesse público e o direito à privacidade. Um dos propósitos da contabilidade é exatamente o da publicidade, o de socializar informações, de maneira que não há necessariamente incompatibilidade entre auditoria e publicidade. O sigilo se aplica tão somente a operações que exigem discrição por motivos mercadológicos

Crônica de uma **perícia seqüestrada**

1990 abril Relatório do perito do Banco Central Abrahão Patruni Júnior ao Departamento de Fiscalização do Banco Central, sobre o desvio de recursos do Banpará entre 1983 e 1987, conclui que "há evidências de que o aplicador de recursos desviados entre 16 de outubro e 5 de dezembro de 1984 era Jáder Barbalho, então governador do Pará". O relatório detalha cheques administrativos emitidos pelo banco e usados para aplicações em títulos de renda fixa ao portador, na agência 0532, Jardim Botânico, do Banco Itaú, completadas por cheques emitidos por Jáder Barbalho e outros de origem não localizada. Toda a movimentação é comprovada com boletos de caixa.

1992 Os relatórios da auditoria no Banpará são enviados por Francisco Gros ao Ministério Público do Pará, para as providências judiciais contra os responsáveis pelos desvios.

***circa* 1992** O processo desaparece do Ministério Público do Pará. A Procuradoria instaura in-

ou tecnológicos, nunca por motivos fraudulentos.

Mas ética é parte da matriz cultural de um povo ou de uma categoria profissional e, como toda cultura, muda com o tempo. Trevisan diz que a rediscussão da ética do contabilista está na ordem do dia hoje em todo o mundo. E que a ênfase ética vem sendo colocada cada vez mais no interesse público e menos no sigilo. Nas democracias pós- industriais as formas de propriedade foram se tornando mais públicas. A principal atividade do contabilista nesses países é preparar os balanços das companhias abertas para a correta informação dos milhares de acionistas e investidores no mercado de ações, uma função eminentemente pública.

Jáder Barbalho, pricipal envolvido

O código de ética do *Certified Public Accountant*, norte-americano, considera que "uma notável característica da profissão é a sua responsabilidade perante o público, que confia no *certified public accountant*". O código exige do profissional integridade pessoal e não acomodação com a fraude e a omissão ou a subordinação dos princípios éticos a interesses pessoais.

Mas o código de ética do auditor brasileiro ainda reflete nossa forte tradição mercantil, na qual o direito do comerciante ao sigilo é absoluto. Chega a abrir uma sutil brecha de tolerância para com a fraude ao dizer que "os auditores não são responsáveis nem podem ser responsabilizados pela prevenção de fraudes...". Marcelo Alves Carvalho Gomes, da Faculdade de Economia e Administração da USP, sugere que os auditores brasileiros deveriam ser melhor preparados para evitar a fraude, e a própria norma deveria ser mais clara e eficaz.

Sigilo e corrupção Mudanças importantes estão se dando em todo o mundo também em relação ao sigilo bancário. Na maioria dos países desenvolvidos, como na Grã Bretanha, nos Estados Unidos e até na Suíça, já se aceita a quebra do sigilo bancário sempre que há suspeita de ação criminosa. Por que então o Banco Central do Brasil insiste tanto no sigilo?

Para Américo Parada, outro funcionário do Banco Central que divergiu dessa orientação e por isso foi punido, o sigilo só interessa aos sonegadores e aos bandidos: "o cidadão comum não precisa e nem tem sigilo; se vai ao banco pedir um empréstimo, perguntam tudo da sua vida financeira, tem que mostrar tudo" .

As primeiras descobertas da Receita Federal, ao cruzar dados da

---

quérito para saber como sumiram. Não se preocupa em pedir nova cópia ao Banco Central. Nos seis anos seguintes nada acontece.

1996 Em 18 de abril, o jornal O Estado de S. Paulo publica a íntegra de um dos relatórios originais de Patruni Junior sobre o desvio no Banpará, que demonstra o desvio de recursos, e incrimina Jáder Barbalho como um dos beneficiários. E se refere a um segundo relatório de 2509 páginas, com detalhes da documentação. Em virtude da publicação da matéria, o procurador-geral do Ministério Público do Pará, Manoel Santino, manda reabrir o caso.

2001 Depois de cinco anos, no dia 21 de fevereiro, o procurador do estado do Pará, José Vicente Miranda, abre procedimento extrajudicial sobre o desaparecimento do processo e envia dois ofícios ao BC, perguntando se ainda é possível recuperar os relatórios.

07 de março Patruni é chamado a Brasília e questionado pela diretora de fiscalização, Tereza Grossi, pelo diretor administrativo, Edison Bernardes, e pelo procurador-geral do BC, José Coelho Ferreira, em função de suas declarações à imprensa sobre o relatório do BC do caso Banpará.

CPMF com declarações de imposto de renda, com base na Lei Complementar 105, que permite a quebra de sigilo pela Receita sem ordem judicial, confirmam inteiramente a tese de Parada. Nas primeiras sete mil contas abertas, totalizando uma movimentação de R$ 150 bilhões, a Receita Federal calculou R$ 4 bilhões de sonegação. Na CPI do Finor descobriu-se que mais de 200 empresas emitiram notas frias entre 1980 e 1990: "as notas frias precisavam ser emitidas numa proporção de até 40% dos recursos obtidos, porque essa era a propina paga aos intermediários e que precisava ser justificada", disse o deputado José Pimentel (PT/CE), sub-relator da comissão. Essa modalidade de fraude, centrada na falsificação dos livros contábeis, tem efeitos especialmente corrosivos na ética dos contabilistas. Parte do dinheiro desviado era remetida para o exterior através das famosas contas CC5.

Américo Parada: divergências com o sistema

Foi por causa dessas CC5 que o auditor do BC Américo Parada começou a ter problemas. Criadas pela Carta Circular N. 5 de 27/02/1969, essas contas deveriam ser usadas apenas para que pessoas físicas não residentes (por exemplo, executivos de empresas multinacionais) pudessem trocar seus dólares no Brasil, transacionar em moeda local e remeter dólares ao exterior até o limite do que haviam trazido. Mas em 1992 o BC criou uma nova modalidade de conta CC5, permitindo que instituições financeiras também usassem esse canal de remessa de divisas para o exterior, pelo cambio flutuante, e sem restrições ou necessidade de identificação. A própria cartilha do Banco Central ("O regime cambial brasileiro") que introduziu a novidade ensina como fazer a operação:

"Se um agente quiser fazer uma remessa para o exterior, basta que deposite cruzeiros na conta de uma instituição financeira não-residente e deixe que ela faça o resto. Com os cruzeiros ela pode comprar moeda estrangeira em banco aqui no Brasil e transferir para o destinatário no exterior. O novo regime permite uma amplitude de movimentos de capital que não conhecia precedentes no país." Enquanto a Receita Federal lutou e conseguiu a quebra de sigilo para combater a sonegação, o BC implantava, no marco da desregulação neo-liberal, um novo canal de remessas de dinheiro no exterior gozando de um

27 de março Uma nova cópia do relatório do processo de intervenção no Banpará, com 2.709 páginas, é enviada pelo Banco Central ao Ministério Publico do Pará

03 de abril O Promotor José Vicente Miranda recomenda o arquivamento do processo extra- judicial, por "impossibilidade jurídica" de propor ação civil pública ou ação penal pública pelo Ministério Público, por "não terem sido identificados os beneficiários das aplicações no mercado financeiro dos recursos desviados do Banpará". Sua recomendação vai ao Conselho Superior do Ministério Público do Pará, formado por sete procuradores.

05 de abril O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, não aceita a insinuação de que o BC não enviara na época a documentação ao Ministério Público do Pará e manda ofício a esse órgão, dizendo que não aceita as explicações para o arquivamento. Culpa o Ministério Público do Pará pelo sumiço da documentação e diz que se os responsáveis pelo golpe não foram devidamente identificados, como alegou Miranda em seu parecer, foi por culpa ou omissão do próprio Ministério Público.

sigilo que facilitava a sonegação.

Em 1995, Américo Parada foi convidado pela Receita Federal para falar em um seminário sobre os efeitos das Contas CC5 na evasão de divisas. "Falei sobre o sigilo, que impedia que se fiscalizassem as CC5. Citei alguns exemplos de fraudes via CC5. Mas apesar de só citar casos já acontecidos ou empresas do exterior, que não são auditadas no Brasil, uma funcionária me denunciou por quebra de sigilo durante o seminário. Tentaram me exonerar por justa causa, mas, como tinha tempo de aposentadoria, me aposentei. Mas só pelo INSS. Perdi a aposentadoria privada. Minha renda caiu de R$ 5.000,00 para R$ 800,00 ".

Tereza Grossi, diretora de fiscalização do BC

Hoje, Américo Parada tem um site sobre auditoria na Internet, mas, apesar de seu notório saber e especialização, não recebe mais convites para peritagem e as muitas faculdades em que lecionava não o querem mais, como se tivesse sido declarado maldito pelo Banco Central.

Casos como o de Parada e de Patruni têm levado funcionários do Banco Central a questionarem os critérios de apropriação de seu trabalho. Afinal, se seu trabalho visa ao interesse público, por que é apropriado tantas vezes por interesses privados, ou pelo interesse político do governo do momento? Por que o BC é tão avesso à transparência, que chega a ser chamado de "caixa-preta"? Para alguns, essa falta de transparência pode levar à promiscuidade com interesses privados dos grandes bancos. A própria Tereza Grossi responde a três inquéritos por sua participação na compra de posições futuras de dólar dos bancos Marka e Fonte-Cindam, que deu prejuízo de R$ 1,6 bilhão ao erário.

"Quase todos os que se sentam na presidência são ligados ao sistema financeiro", diz Américo Parada "Os diretores também, em grande parte. Se não são ligados antes, ligam-se depois. Os funcionários não têm voz na direção."

Certamente os funcionários estão sendo influenciados pela mudança de cultura da nova geração de procuradores e de funcionários da Polícia Federal, que têm conquistado bastante independência. Graças à atuação independente do procurador Luiz Francisco, e sua aliança com os meios de comunicação, foi desmontado o esquema de corrupção do TRT e a violação do painel do Senado. Para Luiz Francisco, "todo servidor público tem que ser um servo da sociedade, a quem deve prestar contas." ■

[1] Agestado, 31/03/2001, matéria de Mariângela Gallucci e Christiane Samarco. O acórdão desse julgamento ainda não havia sido publicado até a data desta matéria.

[2] Resoluções CFC N. 803/96, que aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista e CFC N. 821/97, de 17 de dezembro de 1997, que aprova as normas profissionais do auditor independente.

---

02 de maio O procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, a quem cabe abrir processo contra o presidente do Senado, anuncia por meio de sua assessoria em Brasília que não vai abrir o processo. Entende que se trata de crime de peculato (apropriação indébita de dinheiro público) e que, passados 16 anos, já prescreveu.

08 de maio O Senado aprova licença para processo contra Jáder Barbalho, a pedido do próprio Jáder, caso o pedido seja feito pelo procurador geral da República, que no entanto já falou que não vai fazer nada.

14 de maio Por unanimidade, O Conselho Superior de Ministério Público do Pará, formado por sete procuradores, não aceita a recomendação do promotor José Vicente Miranda, e manda reabrir o caso Banpará, entrando com ação judicial de ressarcimento aos cofres públicos de R$ 10 milhões em rendimentos de correntistas.

mudança

O verdadeiro motivo de Nakao

Qual é o verdadeiro motivo da saída de Eduardo Hitiro Nakao do cargo de chefe do Departamento do Mercado Aberto do Banco Central?

O mercado e a imprensa ficaram ressabiados, na quinta-feira, 22 de março, quando se soube da saída de Nakao. Pudera, com 21 anos de BC e 18 anos de mesa, por que sair justamente em meio a uma das mais fortes turbulências da crise argentina, com pressão da taxa de câmbio e, ainda, depois de uma nova elevação dos juros Selic pelo BC? "Ele é um funcionário competente e sério, uma figura exemplar", disse no mesmo dia Alkimar Moura, ex-diretor de política monetária, lamentando a saída. "Nakao foi sempre respeitado também pela sua integridade", completou Nathan Blanche, da Tendências Consultoria.

Nakao, 48 anos, formado em economia pela USP em 1973, assegura que sua saída do Demab já estava pedida e aceita havia mais de um ano. Era uma promessa a sua mulher, Elza Sanae, com quem mora no Rio desde 1978. Ela já não suportava o ritmo de viagens do marido. Já quase não conseguiam visitar a família no município paulista de Guararapes, onde os dois nasceram. "Eu também não queria ficar no mesmo cargo até o fim da vida", acrescenta.

Antes mesmo da posse oficial de Armínio Fraga, ele foi ao amigo – com quem já havia trabalhado em 1992, quando Fraga era diretor da área internacional – para dizer que estava saindo por motivos estritamente pessoais. O novo presidente do BC pediu que ficasse mais um pouco. "Sua mulher está agüentando, Nakao?" – conferia de vez em quando. A saída se deu, finalmente, porque Sérgio Goldstein, consultor do Demab, um dos três nomes que indicara a seu chefe Luiz Fernando Figueiredo, não apenas já havia sido escolhido, como estava de volta ao Rio, pronto para assumir. "A crise da Argentina e a alta dos juros foram apenas coincidências." Nakao garante que não deixou o cargo por divergências com a diretoria, tanto que assumiu a função de consultor do Depec.

O ex-chefe do Demab, porém, não esconde suas próprias opiniões sobre a atuação do BC no mercado. Opiniões que nem sempre coincidem com as das autoridades de plantão. "O servidor público tem responsabilidades por um período de tempo maior que o dos diretores." No caso específico de um funcionário do BC, uma das responsabilidades "é evitar a todo custo que a sua atuação promova transferência de riqueza e de renda de forma aleatória". Defende que o funcionário do BC deva ser extremamente conservador em relação ao risco.

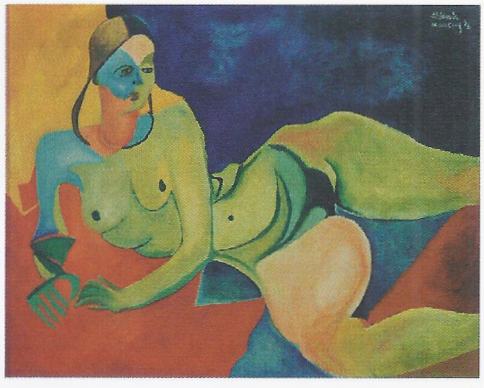
Nakao gosta de citar três coisas de que não gosta: vender letras cambiais curtas, sustentar juros reais negativos e manter compulsório bancário alto. No que se refere aos títulos em dólares de curto prazo, ele observa que, em um único dia, os bancos podem ganhar mais do que os poupadores das cadernetas e às vezes tanto quanto a remuneração do over em todo um mês. "O BC não é seguradora", resume. No que diz respeito aos juros, ele acredita que devam ser superiores à variação da taxa de câmbio, para facilitar a entrada de poupança externa. "Não é a taxa Selic que promove a alta dos juros nos empréstimos", diz ele, para argumentar em favor de compulsórios mais baixos. "-Junto com a taxa de inadimplência, são esses compulsórios, que se justificam apenas em situação de inflação muito alta, que formam as taxas cobradas no crédito interno.

Mesmo que Nakao sempre evite polêmicas, nunca é demais perguntar como é que fica a posição de um técnico, funcionário de carreira, quando a atuação de um diretor é tecnicamente questionável. ■

Eduardo Hitiro Nakao

cultura

Pinturas preciosas do Banco Central



1

1 Aldemir Martins
Nú deitado
óleo sobre tela, 81 x 61 cm.

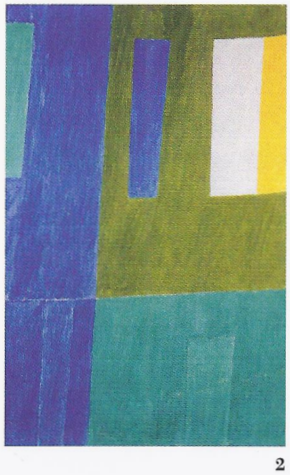
2 Alfredo Volpi
Fachada azul/verde
têmpera sobre tela,
72 x 105 cm.

3 Cândido Portinari
Paisagem de Broósqui
óleo sobre tela, 55 x 46 cm.

4 Tarsila do Amaral
O porto
óleo sobre tela, 70 x 100 cm.

5 Ismael Nery
Perfil e alma, óleo sobre
madeira, 35 x 28 cm

6 Vicente do Rêgo Monteiro
Atletas
óleo sobre eucatex
122 x 91 cm



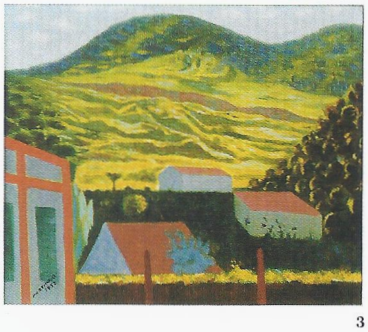
2

O Banco Central tem em sua sede, em Brasília, um acervo muito importante de arte moderna brasileira, parte do qual está sempre à mostra para o público, no Museu de Valores. Vale a pena visitar.

De tempos em tempos, a Divisão de Patrimônio Histórico e Comunicação Educativa troca o lote de obras em exposição. Em maio, por exemplo, estavam expostas, entre outras, quatro preciosidades de Alfredo Volpi (1896-1988), inclusive a *Fachada azul e verde*, *Arcos e bandeiras*, *Bandeirinhas* e o pequeno notável gouache *Barco*. Estava também ali um dos *Em vermelho* de Milton Dacosta (1915-88), de uma série do final da década de 1950, que teve grande influência sobre a arte contemporânea devido ao uso do plano e da cor sem qualquer perspectiva ou efeitos de claro-escuro, sem qualquer oposição de figura e fundo.

Da artista paulista Tarsila do Amaral (1886-1973), uma das expressões do movimento de 1922, estava lá exposta a pintura *O Porto*. Ela teve uma participação de peso na comilança e digestão no Brasil (como poderiam dizer os membros do Movimento Antropofágico) da revolução artística que se processava na Europa no início do século XX. Desse time, também estavam, na exposição do Banco Cental, Vicente do Rêgo Monteiro e Di Cavalcanti. Este, é claro, com as suas famosas mulatas.

Trata-se apenas, porém, de uma pequena parte da coleção, que foi sendo formada, principalmente, a partir da década de 1980.



3

Arte paga dívidas A maior parte do acervo chegou ao Banco Central na forma de dação – devedores que entregaram obras de arte para cobrir dívidas com instituições financeiras liquidadas pelo BC.

A liquidação do Banco Halles, em especial, deu uma boa alavancada na coleção. Isso porque um dos seus devedores era uma grande galeria de arte de São Paulo, a Collectio. Outra entrada importante deveu-se ao calote da revista O Cruzeiro. Trata-se do grande painel *Desembarque dos pioneiros*, de Cândido Portinari, de 394 cm x 498 cm. A obra mais valiosa, em termos pe-

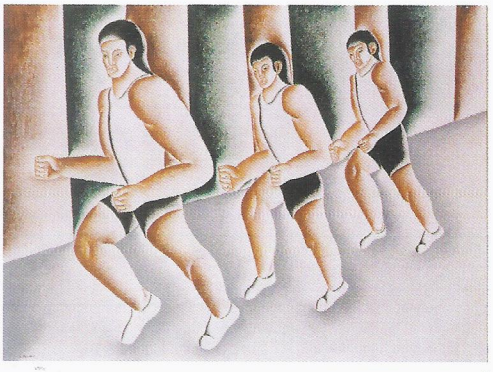
cuniários, que o Banco Central possui: US$ 2 milhões, no levantamento feito em 1992. Aliás, as 15 obras de Portinari do acervo estariam valendo alguma coisa como US$ 7,1 milhões.

Com tanta liquidação e falência de instituições financeiras, o total de obras chegou a 4500. Mas o BC ficou apenas com as mais importantes e mais valiosas. A tarefa de selecionar ficou por conta de uma comissão técnica integrada pelos professores Pietro Maria Bardi e Edson Mota. A idéia era ficar com um número menor de trabalhos para melhor garantir a sua preservação e a sua exposição à comunidade nacional e internacional.

Quanto às demais obras, o Banco Central ou vendeu por meio de leilões, ou doou a entidades culturais brasileiras, mantendo ainda uma reserva técnica destinada à ambientação de áreas de trabalho no Banco Central.

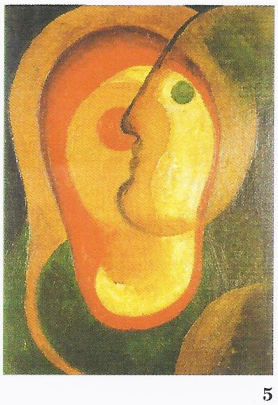
Galeria virtual É claro que a pintura é para ser vista pessoalmente. Porque nada substitui o prazer de ver ao vivo a cor, a luz e o gesto do artista na escala real em que foram produzidos. O mesmo com a escultura que, por ser tridimensional, guarda em torno de si detalhes, perspectivas e visões que nunca poderão ser vistas em uma página de livro ou no computador.

Assim mesmo, é possível ter uma idéia da riqueza do acervo do Banco Central através da Galeria Virtual, acessada pela Internet. O endereço é www. bcb.gov.br. Selecione *Sobre a Instituição*, depois *Cultura e Arte* e, finalmente, *Galeria Virtual*. Além da relação de todas as obras, ali estão as biografias de todos os artistas. ■



6

4



5

Os **artistas** do Banco Central

Alberto Guignard
Aldemir Martins
Aldo Bonadei
Alfredo Volpi
Antônio Bandeira
Tuneu
Antônio Gomide
Cândido Portinari
Cícero Dias
Emiliano Di Cavalcanti
Fúlvio Penacchi
Guilherme de Faria
Ismael Nery
Ivan de Freitas
Juarez Machado
Maciej Babinski
Marcelo Grassmann
Maria Bonomi
Mary Vieira
Milton Dacosta
Orlando Teruz
Tarsila do Amaral
Vasco Prado
Vicente do Rêgo Monteiro

artigo

Artigo 192, uma cultura diferente

Paulo Eduardo de Freitas

É tema corrente, em especial entre nós, a possibilidade de se estabelecer um mandato para a diretoria do Banco Central, caso a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal preveja a independência do BC. Ainda que essa proposta do governo – defendida pela diretoria do banco - implique diversos aspectos de interesse da sociedade, vamos cuidar, neste momento, especificamente, de apenas um deles, que só nós podemos debater. Trata-se de estabelecer quais seriam as condições prévias relativas à organização interna aceitáveis para os funcionários do BC.

Três itens, que se articulam, estão em destaque: 1) a necessidade de mudança de nossa cultura organizacional; 2) o estabelecimento em lei prevendo que as principais decisões do BC sejam tomadas por Comitê, com a participação de funcionários e diretores; 3) a criação, em lei, do diretor representante dos funcionários.

A primeira reflexão diz respeito a nós mesmos. Somos produto e produzimos uma cultura organizacional focada no poder, e não na competência e na finalidade social do BC. Como expressões caricaturais dessa cultura ouvem-se, de alto a baixo da hierarquia, expressões do tipo "o chefe tem sempre razão", "manda quem pode, obedece quem tem juízo". Isso resulta em um ambiente de temor, de subserviência, de cego cumprimento da ordem, ainda que haja brilhantes exceções. O Banco Central, assim, fica muito voltado para dentro de si mesmo e/ou para o atendimento de necessidades de interesse de governantes, esquecendo-se do seu papel institucional e estratégico no Estado. Mesmo que essa circunstância possa produzir vantagens individuais, o preço que o conjunto paga por benefícios desse tipo é muito alto, especialmente no que se refere aos aspectos éticos. Tal cultura, também, torna letra morta outras propostas de organização, como as que estimulam os servidores a serem criativos, participativos, dotados de iniciativa e pensamento estratégicos. O que, aliás, é um fator decisivo para o sucesso de qualquer organização atual.

Não basta, todavia, apenas constatar ou lamentar essa cultura organizacional. É preciso identificar as suas raízes, a fim de sobre elas agir. Nesse sentido é que se destacam, principalmente, duas causas: a primeira diz respeito ao fato de que todo o poder do BC pertence legalmente à sua diretoria, que o distribui, por meio de delegação de competência; a segunda se refere ao conceito de que a função comissionada é de confiança. No primeiro caso, as decisões deveriam ser tomadas, em questões-chave, por Comitê, como o Copom e os Comitês de Processo Administrativo. Resta estabelecê-los, entre outros, diretamente na lei, em lugar de dispositivos administrativos internos. No segundo, é preciso reconceituar função comissionada. Admiti-la como de confiança é torná-la vinculada a quem nomeia e não à função institucional nela prevista; retira a obrigatoriedade da transparência nas nomeações; personaliza a escolha.

Por fim, o mandato para a diretoria do BC requer ainda, na organização interna, a criação, em lei, do direito de os funcionários elegerem o seu diretor representante, com garantias a audição e voz em todas as reuniões da diretoria. Esse deve ser um tribuno. ■

Paulo Eduardo de Freitas é ex-presidente Nacional da extinta AFBC e 1º presidente nacional do SINAL

Entidades privadas fazem tarefa do BC

Maria Espanholi

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), o Procon, a OAB e o Ministério Público têm comemorado, a cada ano, dezenas de vitórias judiciais em que bancos, empresas de leasing e até o Banco Central são acusados de contrariar ou de se omitir em relação aos interesses dos consumidores. São vitórias que, de certa forma, humilham o BC. "Estamos cumprindo uma obrigação do BC, que deveria fiscalizar e regulamentar as instituições financeiras", acusa Marcos Diegues, coordenador-executivo de serviços bancários do IDEC. Para ilustrar, ele lembra de algumas das importantes intervenções de entidades públicas e privadas entre outubro de 2000 e abril de 2001.

1 Em março, o juiz José Henrique Prescendo, da 1ª Vara Federal de São Paulo, proferiu sentença favorável à OAB-SP, determinando que os contratos de leasing de veículos, firmados antes da desvalorização do real, em 1999, fossem corrigidos pela variação do INPC e não do dólar. A decisão, provisória, permite que os consumidores registrem em seu nome os veículos.

2 A pedido do Ministério Público, a 22ª Vara Federal Cível de São Paulo proibiu a Centralização dos Serviços Bancários (Serasa) de inscrever em seus registros os nomes de quem contesta judicialmente seus débitos bancários. A sentença ainda obrigou o Banco Central a informar a todas as instituições financeiras da existência daquela ação.

3 A juíza Giselle de Amaro e França, da 20ª Vara Federal, responsabilizou o BC pelos calotes sofridos por consumidores em grupos de consórcios administrados por empresas liquidadas extrajudicialmente (Exacta e Expansão). As sentenças se fundamentaram nas leis que prevêem a rigorosa fiscalização e até mesmo intervenção pelo BC nas atividades dos consórcios.

4 A mesma juíza concedeu liminar, suspendendo a multa de 20% na cobrança dos atrasados da CPMF para todos os associados do IDEC que tenham contas correntes no Estado de São Paulo.

5 O Procon do Rio e o de São Paulo têm registrado anualmente milhares de reclamações contra bancos e cartões de crédito, principalmente de saques e cobranças indevidas. Fora isso, é o Procon-SP que tem pesquisado mensalmente os juros bancários pagos pelos consumidores, reforçando a orientação de evitar, quando possível, a utilização dessas linhas de crédito, em razão dos altos patamares em que se encontram essas taxas.

Seria incorreto dizer que o Banco Central fecha os olhos para o atendimento de reclamações e consultas de consumidores e clientes de instituições financeiras. O BC tem 10 centrais de atendimento no Brasil e mais o telefone 0800 99 2345, com um total de 150 profissionais. "Muitos normativos do BC foram editados em razão das reclamações e consultas do público", diz o secretário de Relações Institucionais, Gerson Bonani, assegurando que as consultas são analisadas e recebem um parecer, em média, em 48 horas. A verdade, porém, é que a grande maioria das 165 mil consultas registradas no primeiro trimestre de 2001 eram apenas solicitações de informações e não reclamações de serviços. Os consumidores não estão sendo suficientemente informados ou não confiam na eficiência da ação do BC. Bonani conta, no entanto, que os serviços deverão ser ampliados no segundo semestre. Mesmo porque o próprio IDEC está começando a instruir os consumidores que o procuram a registrar queixa também no Banco Central, o que deverá aumentar a pressão sobre o BC, que é uma instituição pública com a incumbência de defender o público e não os bancos. ■

Ilustração da cédula de 20.000 réis, Brasil, 1894

entrevista

Maria da Conceição Tavares
Chega de saquear a viúva

Durante pelo menos os últimos sete anos, o Brasil tem sido um aluno aplicado na escola da abertura da economia. Abriu mercados, privatizou estatais, aumentou impostos, reduziu gastos públicos, fez mudanças na previdência e continuou sendo um cliente pontualíssimo dos bancos e organismos internacionais. Contudo, o País está agora ainda mais dependente das crises e volatilidades externas, com pressões quase que permanentes sobre as taxas de câmbio e de juros. Carrega um dos maiores passivos sociais (e externos) do mundo e não consegue mais do que soluços de *stop and go* nas suas tentativas de crescimento.

Dá para ser diferente? É ainda possível pensar na formulação de uma política econômica independente?

Nesta entrevista a **Por Sinal**, a economista Maria da Conceição Tavares, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora associada da Universidade de Campinas (Unicamp) mostra como isso é possível. O Banco Central, cuja política tem contribuído, segundo ela, para agravar a crise atual, tem parte muito importante na sua superação. Principalmente no que diz respeito à condução da política cambial.

Veja os principais trechos da entrevista, da qual participaram David Falcão, Juan Pablo Painceira Paschôa, Sérgio da Luz Belsito e Sérgio Sister:

É possível pensar em uma política econômica autônoma para o Brasil?

No momento é impossível. Para isso, as regras do jogo deveriam ser diferentes. Não se pode aceitar que a política monetária seja induzida, como agora, por qualquer trapalhada cambial, qualquer aperto de liquidez internacional, qualquer avaliação pesada das agências de risco. É o que fazem agora, por exemplo, com esses aumentos da taxa de juros.

Pra quê? Para atrair capital? Antes de subir os juros aqui dentro já havia subido o prêmio dos títulos brasileiros lá fora, e o câmbio já estava disparando. Apenas acompanhou o mercado, não tomou uma decisão autônoma.

Para controlar a atividade, reduzir importações e segurar a meta inflacionária? Mas os juros na ponta dos empréstimos já estavam muito altos. A questão é que os juros colados à demanda só afetam praticamente compras de construção civil e de duráveis. Assim mesmo, não é por causa de mais um ponto que os caras param de comprar automóveis, geladeiras, de construir. Não é por aí. Ao subir a taxa pós-facto, quando a conjuntura já havia ido para o beleléu, ele piscou o olho e abrandou o ciclo. Não adianta nada, fez apenas como uma medida compensatória. A política monetária é para ser feita por antecipação, não pode ficar prisioneira das flutuações do mercado. Seria preciso isolar a política monetária do País.

Como se faz isso?

Primeiro, tem que ter algum controle cambial. Diz-se que o mercado é que regula o câmbio, mas isso não é verdade, nossa flutuação é suja, cedendo sempre à pressão do mercado. Tem que pilotar o mercado. O BC é o banco dos bancos, pode manejar encaixe bancário, liquidez em moeda estrangeira, e pode negociar, porque afinal não é tanta gente assim que participa desse mercado. O que não pode é deixar que o mercado fique solto.

Mas não é só. É ainda preciso impedir que essas pressões, que afinal são externas, acabem atingindo o Tesouro, acabem com a possibilidade de fazer política fiscal.

Não está dando para fazer política fiscal?

Deveríamos fazer política fiscal anticíclica, aumentando ou diminuindo os gastos e a arrecadação de acordo com as condições e necessidades de crescimento. No lugar disso, o que fazemos? Para enxugar a liquidez, lançam-se títulos da dívida pública; para as necessidades de financiamento da dívida externa ou para acalmar o mercado que reivindica *hedge*, lançam-se títulos cambiais. Isso tudo quem paga é a viúva, o Tesouro. Pronto, já revirou a meta fiscal: estávamos com uma meta trienal de superávit de 3% do PIB este ano, 2,5% no ano que vem e 1,7% no outro ano e vamos para três, três, três, respectivamente. E ficamos para sempre obrigados a ir à direção do superávit primário exigido pelo FMI para garantir o pagamento dos rentistas. Com isso, a política de gastos públicos – aí sim, de demanda efetiva – e de receita de impostos fica completamente amarrada. Para pagar o serviço da dívida, o governo subiu a carga tributária de 22% para mais de 30% em cinco anos. E, se bobear, continuará subindo. Então, estão sempre subindo os impostos, esfolando a classe média e os assalariados; e, do outro lado, reduzindo o gasto efetivo em bens e serviços e aumentando o descalabro social.

Isso implica em restrições ao crescimento?

Claro. Como é uma política de *stop and go*, cada vez que há uma crise externa, o Brasil faz um *stop*. Não há política de crescimento e investimento possível. Agora mesmo nós tínhamos uma onda de crescimento e investimento. A capacidade instalada estava chegando ao limite, levando as empresas multinacionais e alguns grandes grupos nacionais a, finalmente, investirem. Aí se interrompe, devido à única e exclusiva razão de balanço de pagamentos financeiro. E mais: o crescimento e o investimento se interrompem justamente quando o Brasil precisa, para reduzir sua dependência externa, de uma nova política de substituição de importações.

O Brasil não acabará reduzindo a dependência com superávites comerciais gerados a partir da desvalorização do real?

Isso que desvalorização aumenta as exportações é coisa do Delfim Netto. Aumenta apenas a margem de ganho dos exportadores de *commodities*. Câmbio é um instrumento protecionista, para reduzir importações. Agora não tem mercado para ninguém, não adianta ir pelo preço. Só para as importações é que os preços internos se ajustam, sobem. E nesse ponto nós só pioramos.

Piorou por quê?

A abertura comercial destruiu cadeias produtivas completas. Destruiu bens de capital, metal-mecânica, eletro-eletrônica. Abriu violentamente as importações, que produziram um déficit comercial, revertendo o que ocorria na década de 1980. Com as exportações não aconteceu nada, mesmo com a desvalorização de quase 60%. Produzia-se mais conteúdo tecnológico e mais manufatura que agora. Sim, temos avião, mas essa indústria importa muito também. O coeficiente de valor agregado interno das exportações caiu. E o coeficiente importado do investimento e da produção e das exportações subiu violentamente. Pegamos um déficit estrutural comercial. Não vai dar su-

Ilustração de uma cédula da República dos Camarões

perávit assim nem que a vaca tussa. Temos mesmo é que substituir importações.

Mas essa substituição já não está sendo feita?

É o que estavam fazendo as empresas por conta própria, induzidas pela alta da taxa de câmbio. Mas aí, toma uma crise cambial dos outros, e uma avaliação de riscos ruim, vem o Banco Central e sobe os juros. Faz isso ao invés de "peitar" o mercado.

O que seria "peitar"?

"Peitar" é tomar as medidas quando a maré está melhor. Não é esperar a ressaca parar aí tomar providências. Isso só pode ser feito com controle cambial. Além de passar a controlar melhor a oferta e demanda de divisas, o BC deveria falar com os bancos: agora o jogo terminou, reciclem as dívidas, porque elas são de vocês. Afinal, é preciso lembrar que uns US$ 140 bilhões são de dívidas privadas, de bancos e empresas. São essas que criam problemas, não a pública, que é líquida, de US$ 110 bilhões, tendo US$ 30 bilhões de reserva. Mesmo porque nem a Petrobrás, nem o Banco do Brasil, nem o Tesouro têm problema para captar. É preciso dizer para as empresas e os bancos que reciclem as suas dívidas em lugar de ficarem pedindo que se suba a taxa de juros, que se desvalorize. Senão não se consegue segurar essa economia. Porque, se o BC sanciona uma desvalorização como essa, aperta o crédito das empresas, aí sim acaba obviamente produzindo um impacto inflacionário.

E dá para "peitar" agora?

Agora fica mais difícil. Desde a crise da Rússia nós deveríamos estar ativamente promovendo uma política de substituições de importações. Não precisava ter chegado à crise cambial de 1999. A gente só tranca a porta depois de arrombada.

Mas a situação agora está tão crítica assim?

Nós não estamos ainda como a Argentina, que já está pelas tabelas. As exportações argentinas não pagam nem o serviço da dívida. Isso não acontece ainda com o Brasil. Até quando, não sei, estamos rolando a dívida, não estamos gastando reservas. Mas do jeito que vai, chegamos lá.

Como chega lá?

Ora, porque, se o Brasil rola uma dívida (que no fundo é declinante) fazendo-a crescer, chega-se a uma situação em que não há outra saída senão a negociação interbancária. Tanto que, na Argentina, quem está negociando a dívida são os bancos. Nem o FMI nem o Tesouro americano dão dinheiro. Então vão lá eles mesmos e negociam. Nós não temos reservas para renegociar a dívida privada.

Quais seriam os efeitos de uma desvalorização do peso argentino sobre as captações das empresas privadas?

Não sei e não quero chutar. A questão aí é apenas a do contágio do mercado. Mas nosso problema não é a Argentina. Nós nem captamos dólares na Argentina e nem importamos bens de capital deles. Nossa restrição ao crescimento é de investimento e de importação de bens de capital.

Mas isso não depende também das condições externas, da vontade do mercado?

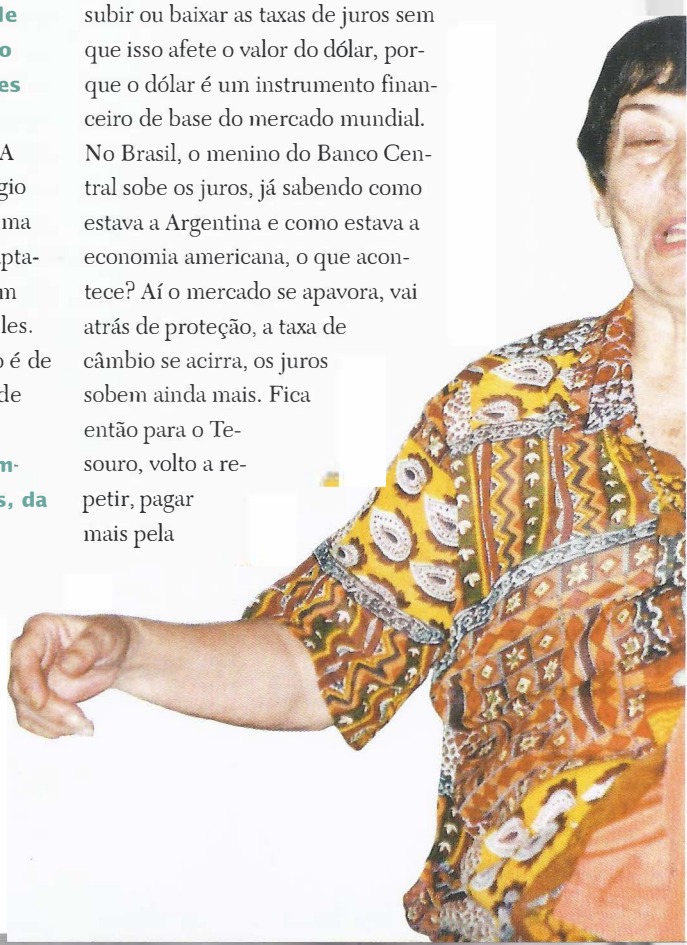
Bens de capital nós podemos importar com *supply credit*. Sempre se pôde, mesmo na época da crise da dívida externa da década de 80. O Delfim Netto foi ao Japão renegociar a dívida, não quiseram, mas deram um financiamento para as importações de US$ 2 bilhões em equipamentos japoneses. Eles precisam vender máquinas, porque afinal estão em crise. Com uma política de substituição adequada, isso dá conta do lado real da economia. Os outros financiamentos dependem das dívidas dos bancos e das empresas multinacionais com o mercado financeiro de Londres, de Nova York etc. É claro que há outras coisas a fazer do lado financeiro.

Quais são essas coisas?

Seria preciso ou alongar a dívida – o que o mercado não aceita –, ou fazer uma negociação informal com o mercado para rolar a dívida em melhores condições, sem ter que emitir dívida pública.

Dá para separar os efeitos de juros e câmbio?

Só o Federal Reserve que pode subir ou baixar as taxas de juros sem que isso afete o valor do dólar, porque o dólar é um instrumento financeiro de base do mercado mundial. No Brasil, o menino do Banco Central sobe os juros, já sabendo como estava a Argentina e como estava a economia americana, o que acontece? Aí o mercado se apavora, vai atrás de proteção, a taxa de câmbio se acirra, os juros sobem ainda mais. Fica então para o Tesouro, volto a repetir, pagar mais pela



alta dos juros e mais pela alta do câmbio. E, do ponto de vista das empresas, cujas importações de bens de capital são em dólar, que precisam renovar seus financiamentos em dólar e/ou a juros mais altos. Isso implica um duplo risco, cambial e patrimonial, e acaba interrompendo também o ciclo de crescimento.

O Brasil vai crescer menos?

O Brasil poderia estar iniciando um ciclo de substituição de importações e parou. Mandou a taxa de câmbio e a dívida pública para o espaço, está pintando que vai dar um aperto no crédito e nem isso segura a inflação. E não é subindo um ou dois pontos a taxa de juros que se segura agora a inflação.

Mas o País está indo para uma crise cambial?

Não estamos à beira de uma crise cambial ainda. Deveriam é conversar com os empresários e dizer: pode mandar ver seus investimentos, não importa quem ganhe as eleições de 2001; mesmo que ganhe o Lula é irrelevante, porque existem oportunidades de negócios; eu garanto o crédito e a liquidez; agora, o dólar não posso garantir; ou vocês geram os dólares ou mantenham a rolagem. Tem que ter uma estratégia e conversar com os grandes empresários. Tanto isso é verdadeiro que a Petrobrás, que é uma estatal, pode tomar, pode investir, com todos os defeitos e perturbações da trajetória. Um exemplo disso é o gás: 15 das 16 termoelétricas licitadas são da Petrobrás. Mas não, o governo não faz política nenhuma, não tem coordenação nenhuma, só empurra com a barriga. Eu acho que não tem política econômica no País.

Qual regime cambial você prefere?

Eu preferiria o câmbio tradicional, com controle. Eu preferiria um sistema mais primitivo, porque funciona melhor em países mais atrasados. Sou também contra abertura financeira em país atrasado. Uma certa abertura comercial negociada, tudo bem, mas abertura financeira em país que não gera dólares e ouro, petróleo ou outros ativos internacionais que geram dólares, não. Fica sempre sujeito ao risco de uma fuga de capitais.

E dá para impedir a fuga de capitais?

No caso de um *crash* na Argentina, não. Porque em caso de crise cambial, só se segura com a blindagem em reservas de um banco central poderoso, como aconteceu em Hong Kong. No segundo assalto que sofreram foram blindados pelo Banco Central da China; ou como no México, que foi blindado pelo Tesouro dos Estados Unidos. Aqui, seria preciso ter uma estrutura intermediária de instituições que assuma o risco de câmbio, que a primeira pancada bata nelas. O BC só entra em uma crise cambial gravíssima. Mas as instituições não querem, querem que o risco continue com o BC. Brasil é um paraíso: todo mundo aqui opera sem risco.

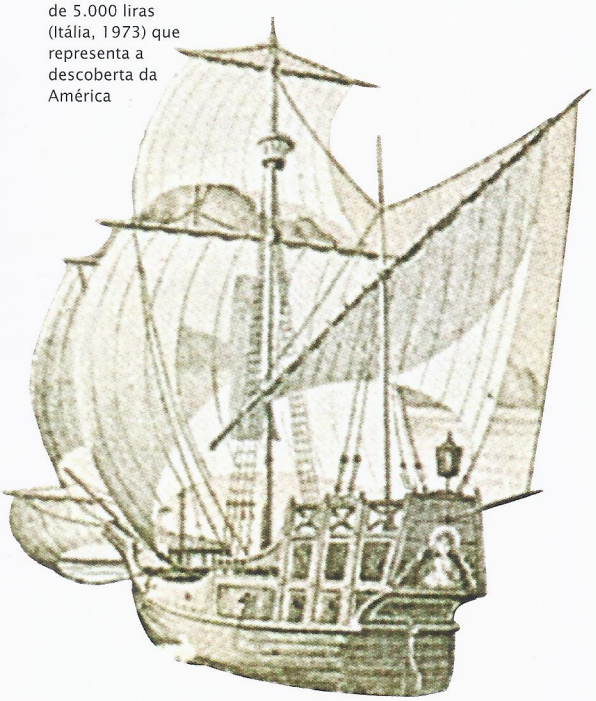


Ilustração da nota de 5.000 liras (Itália, 1973) que representa a descoberta da América

"tomar as medidas quando a maré está melhor. Não é esperar a ressaca para tomar providências"

“O que acontece é que o Banco Central faz com que o Tesouro tenha que pagar mais pela dívida em dólares e em reais”

Qual a sua previsão para a regulamentação do artigo 192 da Constituição, referente ao sistema financeiro?

Não acredito que vão regulamentar. Tudo isso vai sendo feito pontualmente, de acordo com os interesses de momento. Essa discussão não avançou no Congresso e não sei em que pé está. Mas se dizem que a CVM vai abdicar de vigiar as empresas, passando para a bolsa; se o Banco Central vai fazer um sistema de pagamentos para que o risco cambial não passe pelo Banco Central, mas sem que o BC tenha nada com isso, então é melhor privatizar o BC logo de uma vez. Não existe nenhum lugar em que política externa, monetária, cambial funcione sem supervisão do Banco Central, e todos eles supervisionam bolsa de valores, as condições de liquidez e o câmbio (exceto onde há mercado aberto). Em momento algum o mercado se auto-regula, muito menos em situação de flutuação e de instabilidade das moedas fortes. É impossível fazer política econômica com o sistema desamarrado.

O Banco Central poderia ser autônomo?

Quando falam de BC independente muita gente ainda tem na cabeça que o BC financia o governo gastador. Que o governo gasta e depois manda o BC emitir. Só emite moeda para pagar o táxi, não emite mais coisa nenhuma. Isso é um estereótipo. O que acontece, de fato, é que o Banco Central, por causa

da política cambial, por causa da política monetária, faz com que o Tesouro tenha que pagar mais pela dívida em dólares e em reais. Eu gostaria, portanto, que o BC fosse autônomo em relação ao mercado e que não passasse a conta para a viúva, para o Tesouro. Aí sim, o Tesouro poderá gastar a arrecadação, que não é pequena, que é de 30% do PIB.

Como são os bancos centrais na Europa?

Mesmo o banco central mais independente do mundo, que é o alemão, quando unificaram as duas Alemanhas, não adiantou chiar, porque teve que financiar o Tesouro, sim, e ficou por isso mesmo. E colocou a dívida pública, compulsoriamente, nos grandes bancos alemães. Então não me venha com essa história de independência de BC, porque o banco mais independente do mundo, quando bateu na geopolítica, deixou a independência de lado. O mesmo com a Inglaterra e a França. De qualquer forma, esses bancos centrais se tornaram independentes, não foi em função da tarefa de controlar a inflação. Foi para operarem como cabeças dos sistemas bancários plurimonetários, para manter a paridade de moedas de referência, conversíveis, flutuantes, que se jogam umas contra as outras diariamente. E veja: mesmo assim, com toda independência, o que eles conseguiram fazer com o euro? Nada. Imagina o Brasil, que só opera praticamente em dólares, não tem moeda conversível, que não tem mercado de capitais profundo.

Mas a independência do BC é em função da meta de inflação.

Nesse caso, teriam que levar em conta, de fato, o gasto público que eles acham inflacionário. Aí eu lembro que o Brasil faz superávit primário há não sei quantos anos. O déficit é resultado da política do Banco Central, que penaliza o Tesouro. Está tudo de cabeça para baixo.

E como pôr tudo de cabeça para cima?

Primeiro, que o Banco Central deixe de servir aos bancos e deixe de pressionar o Tesouro. Depois, é preciso ter coordenação da política monetária, fiscal e cambial pelas autoridades econômicas. O Tesouro, o Ministério da Fazenda, o BC, todas as agências relevantes. O Banco Central tem que arranjar um colchão entre ele e o mercado externo, para segurar um pouco a marola da taxa de câmbio. Para isso, é preciso que a função de supervisão bancária e do mercado seja do Banco Central. Senão o mercado faz qualquer coisa.

Dá para fazer um projeto nacional nesta ordem neo-liberal?

Mais do que possível, é preciso ter um projeto nacional e popular que resguarde o País de um sistema internacional que é particularmente perverso e assimétrico. Nós temos base manufatureira, base agrícola, recursos naturais e população qualificada desempregada. Como valorizar esses recursos? Tem que ser no sentido de diminuir a dependência externa, com promoção de exportação e substituição de importações. Do lado financeiro, enquadrar ao máximo as relações financeiras com o mercado internacional. É preciso ainda privilegiar o mercado de consumo popular, que tem duas vantagens: uma, que distribui renda e dá emprego aos pobres; outra, que não tem quase componente importado, porque nem construção civil, nem alimentos, nem têxteis, nem uma porção de coisas que o povão consome tem dólares. Gera emprego e crescimento sem aumento de importações. Tem que usar os bancos públicos, como a Caixa Econômica e o BNDES, para aquilo que é fundamental para a nação, que é o seu povo.

E as empresas com índices maiores de importação?

Negocia-se com as grandes empresas, sobretudo as multinacionais, que façam uma espécie de orçamento de divisas. No fundo, uma espécie de câmara setorial, em que se encontre mais equilíbrio entre exportações e importações. Porque não adianta dizer que está exportando carro, avião, se o custo dessas exportações em divisas for muito alto.

O que fazer com o endividamento externo?

Do meu ponto de vista, as restrições externas e do financiamento externo só podem ser objeto de uma negociação permanente com os bancos e as empresas multinacionais. Sem qualquer chauvinismo

E a população excluída?

Eu gosto da idéia do Paul Singer de ter uma economia cooperativa, solidária, para a parte da população que não será empregada pelo capitalismo. A parte capitalista pesada, o Estado negocia em bloco com as empresas e os bancos, fazendo uma relação que convenha ao País. A parte da economia popular, dedicada à produção de bens e serviços populares, tem que ter o apoio dos bancos públicos. E tem que ter uma outra economia, dos pobres, dos que não se empregarão. ■

rating

Quem avalia o avaliador?

Mauro Lembo

Moedas chinesas em broze com formas de instrumentos agrícolas, sec.VII e VI a.C.

Não há dúvida de que a compra de um carro usado pela Internet ficaria muito mais segura se ao lado da foto e descrição do veículo viesse assinado o parecer de um mecânico de sua confiança. Pois assim ficariam mais explicitados os riscos e mais exatos os valores da mercadoria.

A lógica do serviço de *rating* no mercado de capitais é mais ou menos a mesma. Na hora de comprar títulos de países ou empresas pelo mundo afora, bancos, agências e investidores olham atentamente para aqueles balbuciantes AAA, BBC, CCC, cheios de sinais de menos e de mais, em que empresas de avaliação de risco resumem o seu cálculo da capacidade desses clientes de honrar os empréstimos que lhes são concedidos, em diferentes prazos e moedas. É claro que, quanto maior o risco, maior o prêmio a ser exigido, menor o prazo a ser concedido e, conforme for, corta-se todo o crédito do arriscado pretendente. Como, aliás, já aconteceu com o Brasil, México, Argentina e tantas outras economias, por exemplo, no início da década de 1980.

Mesmo que se esforcem muitas vezes em demonstrar seus critérios, nunca fica suficientemente claro e seguro aquilo que dizem agências de *rating* tão poderosas como a Standard & Poor's, FitchIBCA, Moody's, ou Atlantic, cujas opiniões podem derrubar ou levantar os mercados e, o que tem implicações autoritárias, depreciar candidaturas e forças políticas. Seus critérios nem sempre são tão transparentes como querem fazer crer e, principalmente, não há quem as avalie e as fiscalize.

Reputação abalada Até 1997, mesmo que as avaliações fossem muitas vezes esquisitas – como, por exemplo, a atribuição, até hoje, de nota mais alta para a Colômbia (BB+ no longo prazo), em virtual guerra civil, do que ao Brasil do Plano Real (BB-) –, as contestações às agências de rating eram apenas pontuais. O seu trabalho ganhou importância e visibilidade na década de 1990, com o forte crescimento do mercado global de ações e de bônus. Os chamados países emergentes, entre eles o Brasil, viviam em relativa paz com essas empresas, porque as avaliações eram muito positivas, reforçando a decisão dos bancos e investidores de aplicar recursos em suas economias. O mundo parecia enquadrar se no receituário liberal de abertura e melhora das condições fiscais dos estados, para caminhar inexoravelmente para a vitória final do crescimento.

Em 1997, porém, com a eclosão da crise na Ásia, tudo mudou. Países mal avaliados e investidores prejudicados caíram em cima da Moody's, Standard & Poor's e da Fitch, que não alertaram para a iminente crise financeira na região. A desvalorização da moeda tailandesa, como se recorda, provocou contágios e exibiu as deficiências crônicas dos sistemas bancários e a fragilidade das moedas da Coréia do Sul, Indonésia, Filipinas e outros tigres asiáticos, acabando-se por assistir a uma fuga geral de investidores de tudo o que se assemelhasse a emergentes.

A crise asiática demonstrou que avaliar países é uma coisa muito séria e complexa, para tomar por base apenas relações entre dívida e exportações, dívida com PIB e coisas do tipo.

Muitos destes se sentiram injustiçados. E os investidores criticaram a demora na adequação de notas à evolução das crises. O analista-chefe de um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos faz uma sintomática ironia a respei-

to da mão-de-obra dessas empresas: "os economistas de agências de *rating* nem são os melhores para essa tarefa, porque os bancos contratam os mais capazes por salários bem mais generosos".

"Sabemos que nosso trabalho gera críticas, principalmente por desinformação", defende-se Regina Nunes, diretora da Standard & Poor's (S&P) no Brasil. É normal que, quando o país, a empresa ou o bônus recebem uma nota ruim, todos nos critiquem, e que, quando a avaliação é boa, queiram que a nota suba ainda mais", completa. Seja como for, as agências admitem que erram, pelo menos de vez em quando.

Contudo, isso tudo não fez com que aquelas agências mudassem seus métodos de trabalho. Passaram, simplesmente, a adotar uma postura mais restritiva em relação a países emergentes, rebaixando-lhes as notas.

Crescimento contínua Apesar de todas as críticas, os serviços de *rating* têm encontrado uma demanda cada vez maior. Note-se que até mesmo jornais e revistas passaram a ter as suas próprias agências. O semanário inglês The Economist tem a sua Economist Intelligence Unit (EIU), empresa de análises, que recentemente deu a classificação B para câmbio do Brasil em sua "lista de observação" para "um possível rebaixamento", baseada no que entende ser a constante deterioração do cenário externo e da política interna do País, desde meados de fevereiro.

Na verdade, o próprio Banco Central acabou dando uma boa empurrada na indústria de avaliação de risco, ao determinar que os fundos de pensão só possam comprar papéis de dívida privada que tenham passado pelo crivo de pelo menos duas agências de *rating*.

Esse crescimento se explica pela desinformação dos investidores. "As classificações ajudam os investidores a avaliar os riscos econômicos", ressalta a diretora da Standard & Poor's (S&P). As empresas garantem que seus serviços se baseiam em um histórico de décadas – às vezes de um século, como a Moody's – documentado e de acordo com critérios e metodologias que seriam conhecidos por todos os participantes dos mercados globais. "O mundo todo está cada vez mais preocupado com a transparência, com a ética, com a governança corporativa", acredita o economista Paulo Rabello de Castro, sócio da SR Ratings, uma das poucas empresas nacionais nesse setor.

O controle Apesar das reclamações e dos efeitos muitas vezes desastrosos sobre as economias, há pouca movimentação em favor de alguma regulamentação ou controle sobre as agências. De um lado, há um certo receio de que um país prejudicado não teria sucesso nem mesmo com um processo judicial. Porque tais empresas se resguardam com certas advertências na embalagem do produto. A Moody's, por exemplo, diz que suas avaliações não medem os riscos do mercado, nem podem ser interpretadas como uma tendência para a apreciação de um ativo. Ou seja: usem-me, se quiserem, que eu não tenho nada com isso.

Do lado dos investidores, têm surgido algumas reações mais duras que, se efetivadas, podem produzir estragos para os países emergentes. Um delas, se pegar, é trágica: exigir, nos empréstimos a empresas ou países, a inclusão de uma cláusula contratual que garanta ao investidor prêmios adicionais em caso de rebaixamento da classificação do emissor do título. Assim, se o país ou a empresa sofrer um *downgrade*, pagará mais.

Já da parte dos endividados, o Brasil tem sido citado como um dos países mais conformados com as notas do *rating*. Ao invés disso, vem tentando contorná-las com uma política de agressiva intimidade no relacionamento com o mercado financeiro internacional. The Economist, nesse sentido, escreve que País tornou-se expert na comunicação com investidores, "contratando banqueiros de investimentos para postos de mando e um ex-administrador de *hedge fund* para a presidência de seu Banco Central". ■

A **modernização** do BC

Que **modelo** de BC interessa ao Brasil?

Yeda Crusius

O Banco Central deve ter autonomia, respondendo pela política monetária (guardião da moeda), creditícia e cambial, articulado com o Ministério da Fazenda (ou da Economia, se for o caso). Nesse modelo de autonomia, cabe a modificação da função de fiscalização, pois essa função deve evoluir para a constituição de uma agência própria, eleita segundo regras claras, independente do BC, mas sem se constituir num poder próprio. Portanto, deve ser independente e harmônica com o próprio Banco Central.

Pedro Eugênio

Além de suas funções clássicas, o BC brasileiro deve ser capaz de fiscalizar o sistema financeiro, e não apenas no que concerne aos casos de maior impacto que possam vir a se constituir em risco sistêmico ao equilíbrio do próprio sistema, mas também no que concerne à qualidade do próprio atendimento ao público. Aliás, esse foi um dos pontos de discordância que tivemos em relação à reforma administrativa recente, que apontava para a primeira opção.

Pedro Eugênio
Deputado Federal PPS/PE

A **diretoria** do BC deve ter mandato?

Yeda Crusius

A diretoria deve ter mandato sim, mas não coincidente com o mandato do Executivo (Governo Federal, Presidente da República) e preferentemente com 1/3 (ou assemelhado) da Diretoria não coincidente.

Pedro Eugênio

Esta questão nos remete à discussão sobre termos ou não um BC autônomo. Se de um lado é verdade que um BC não deve ser pautado por interesses políticos de ocasião, é também verdade que devemos desmitificar a concepção de que existe uma única maneira de se administrar a política econômica de um país, bem como seus segmentos de política fiscal e monetária. A maneira ortodoxa, que é hoje seguida, não é a única. Subordinar as políticas econômicas e sociais aos desígnios do sistema financeiro leva a desastres como o da atual crise energética por que passa o País. Independência do BC e mandatos para seus diretores cheira para mim como uma tentativa de fazer a atual política ir além dos marcos da derrota política e eleitoral que o governo atual, ao que tudo indica, irá amargar.

Qual a **dimensão** que o BC deve ter no Brasil?

Yeda Crusius

Suas funções devem ser estruturadas em uma organização que dê acesso igualitário a todos os usuários do Banco Central. Ou seja, deve haver descentralização regional no que couber, como, por exemplo, no atendimento ao usuário (prefeituras, exportadores etc.)

Pedro Eugênio

A concentração da presença do BC só nas grandes praças reflete a concepção de um BC que, além de suas funções clássicas, só fiscaliza as sedes dos grandes bancos. Muitas vezes, problemas relevantes para os usuários estão lá na ponta, inclusive na operação de pequenas cooperativas, consórcios ou correspondentes. O BC deve, portanto, ser capaz de atuar em todo o território nacional.■

Yeda Crusius
Deputada Federal PSDB/RS

Expediente

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Nacional
Aroldo Camelo de Mello, Áurea Lúcia Campos de Pinho Borges, Daniel Juliano Doederlein Soares, David Falcão, Fábio Faiad Bottini, Jônatas Soares de Figueiredo, Luís Antonio Cajazeira Ramos, Luís Carlos Paes de Castro, Luiz Carlos Alves de Freitas, Marcel Ferreyra, Marcos Enéas Silva, Maria Sebastiana Balbino, Mário Getúlio Vargas Etelvino, Mário Guedes Bizerra, Maurício Paulo Silva Furtado, Orlando Bordallo Júnior, Otílio Severiam Loureiro, Paulo Roberto de Castro, Sérgio da Luz Belsito

Por Sinal
Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Cental do Brasil

Conselho Editorial Áurea Lúcia Campos de Pinho Borges, David Falcão, Luís Antonio Cajazeira Ramos, Paulo Eduardo de Freitas, Paulo Roberto de Castro, Sérgio da Luz Belsito, Waldemir Bargieri

Editor Sérgio Sister (ssister@terra.com.br)

Editor de arte
Carlito Carvalhosa

Secretária
Sandra de Sousa Leal

Redação Av. Presidente Vargas 583 sala 1308 Centro Rio de Janeiro RJ CEP 20071 003
Fone: +21 221 8069
www.sinal.org.br
sinal@sinal.com.br

Jornalista responsável
Sérgio Sister MTr 12808

SINAL

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL